

Fwd: Re: Solicitação de Rescisão Contratual - AstraMedical.

De Licitações e Contratos <licitacao@marmeleiro.pr.gov.br>
Para licitacao02 <licitacao02@marmeleiro.pr.gov.br>
Data 28-10-2025 16:50

Comunicado Astra[1] (2).pdf (~137 KB)

[Remover todos os anexos](#)

--

Atenciosamente,
Setor de Licitações
(46) 3525-8107 / 8105

----- Mensagem original -----

Assunto:Re: Solicitação de Rescisão Contratual - AstraMedical.

Data: 28-10-2025 16:46

De: Licitação Astra Medical <licitacao@astramedicalbr.com></licitacao@astramedicalbr.com>

Para: Licitações e Contratos <licitacao@marmeleiro.pr.gov.br></licitacao@marmeleiro.pr.gov.br>

Cópia: Licitação Astra Medical <licitacao@astramedicalbr.com></licitacao@astramedicalbr.com>

Ok, segue em anexo carta do fabricante, assinada pelo gerente nacional, confirmando que a Astra não pode mais comprar produtos da NVTRO.

Desta maneira, pedimos a reconsideração da análise.

Atenciosamente

Em ter., 28 de out. de 2025 às 11:35, Licitações e Contratos <licitacao@marmeleiro.pr.gov.br> escreveu:

Podemos estar reabrindo o protocolo e solicitando reanálise caso queiram, gostaria de incluir mais documentos ou outras fundamentações?
Aí repassaremos aos setores competentes.

--

Atenciosamente,
Setor de Licitações
(46) 3525-8107 / 8105

Em 28-10-2025 11:16, Licitação Astra Medical escreveu:

Prezados,

Entendo que o objetivo da prefeitura de Marmeleiro é atender a população, por outro lado o nosso também.

Sabendo disso, estamos informando previamente a prefeitura que estamos impossibilitados do fornecimento do produto, não podemos simplesmente fabricar um produto que não temos.

Apresentamos as justificativas, cartas do fabricante e mesmo assim a prefeitura entende que isto não seria suficiente, desta maneira, questiono, qual a comprovação que a prefeitura precisa para confirmar a impossibilidade da entrega do produto?

O despacho jurídico, não resolverá a situação, pelo contrário, abrirá uma disputa jurídica entre o órgão e a empresa, o qual o resultado é sabido, a falta de produto.

Não seria mais prudente para a prefeitura, ao invés de entrar em uma disputa jurídica, adotar os mecanismos previstos na Lei 14.133 e convocar o segundo colocado imediatamente?

Estamos à disposição para mais uma vez resolver tal situação de maneira amigável, com foco no paciente.

Atenciosamente,

Em ter., 28 de out. de 2025 às 09:49, Licitações e Contratos <licitacao@marmeleiro.pr.gov.br> escreveu:

Bom dia!

Referente a solicitação da empresa ASTRA MEDICAL SUPPLY PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA protocolo/processo nº 2143/2025, em que pleiteia o cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 210/2025, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 031/2025.

Segue em anexo os seguintes documentos:

- Despacho do Prefeito
- Parecer Jurídico nº 344/2025 - PG

--

Atenciosamente,
Setor de Licitações
(46) 3525-8107 / 8105

Em 23-09-2025 07:39, Licitações e Contratos escreveu:

Bom dia,

Recebido e protocolado sob o nº 2143/2025. Foi encaminhado para análise, assim que tivermos um retorno estaremos lhes posicionando.

--

Atenciosamente,
Setor de Licitações
(46) 3525-8107 / 8105

Em 22-09-2025 17:30, Licitação Astra Medical escreveu:

Prezados(as),

Segue em anexo a solicitação de rescisão contratual amigável e cancelamento de empenho, em razão de alterações na política comercial da fabricante (Nvtro), não será possível dar prosseguimento ao fornecimento do produto contratado. A justificativa detalhada encontra-se anexa para apreciação.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,
Gabriel Cruz



**Departamento de Licitações
Astra Medical Supply**

(41) 4040-4429
(41) 99830-5619 |
licitacao@astramedicalbr.com



Comunicado

A PRLV Indústria de Suplementos Alimentares Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 33.089.180/0002-60, com sede na Av. Maestro Lisboa, 1263 – José de Alencar, Fortaleza/CE – CEP 60830-185, na qualidade de fabricante dos produtos de sua marca, informa que a empresa Astra Medical Supply Produtos Médicos e Hospitalares Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 44.127.150/0001-36, com endereço na Rua da Glória, 72 – Alto da Glória, Curitiba/PR – CEP 80030-082, não integra mais a rede de distribuidores autorizados da Nvtro, não possuindo qualquer vínculo comercial ou de representação junto à nossa empresa.

Solicitamos que esta informação seja considerada para todos os efeitos.

Atenciosamente,

Fortaleza, 24 de setembro de 2025.

Luis Felipe Viana Correia
Gerente Nacional de Vendas



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

1356

ESTADO DO PARANÁ

Marmeleiro, 29 de outubro de 2025.

De: Gabinete do Prefeito

Para: Procuradoria Jurídica

Assunto: Reanalise do pedido de Cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 210/2025.

Nos termos da solicitação da empresa ASTRA MEDICAL SUPPLY PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA protocolo/processo nº 2143/2025, em que pleiteia reanalise do pedido de cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 210/2025, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 031/2025, solicito parecer jurídico a fim de indicar a possibilidade e legalidade da solicitação.

Após, retornem os autos para despacho.

Atenciosamente,

Jander Luiz Loss
Prefeito

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 30/10/2025 08:22 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://lc.ipm.com.br/p86a986630c8a4>





Marmeleiro, 27 de novembro de 2025.

Processo Administrativo Eletrônico n.º 2143/2025
Pregão Eletrônico n.º 031/2025

PARECER JURÍDICO N.º 392/2025 - PG

I – DO RELATÓRIO

Submeteu-se novamente ao crivo desta Procuradoria o **pedido de reanálise** formulado pela empresa ASTRA MEDICAL SUPPLY PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA., referente à Ata de Registro de Preços n.º 210/2025, vinculada ao Pregão Eletrônico n.º 031/2025, cujo objeto consiste no “registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de leites especiais”, conforme requerimento emanado do Departamento de Educação e Cultura e da Saúde.

O pedido de rescisão amigável anteriormente formulado pela empresa foi indeferido pela autoridade competente com fundamento no Parecer Jurídico n.º 344/2025.

Em sede de reconsideração, a empresa juntou aos autos comunicado expedido pela fabricante PRLV Indústria de Suplementos Alimentares Ltda., informando que a Astra Medical não integra mais a rede de distribuidores autorizados da marca Nvtro, não possuindo vínculo comercial ou de representação com a referida fabricante.

É o relatório. Passa-se à reanálise jurídica.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

Primeiro, cumpre salientar que essa Procuradoria emite parecer sob à ótica estritamente jurídica, não lhe competindo adentrar no mérito, na conveniência/oportunidade e discricionariedade dos atos praticados no âmbito da Administração Pública ao traçar os parâmetros da contratação entendida como necessária e sua forma de execução, tampouco analisar aspectos de natureza eminentemente administrativa.

Ressalte-se que o presente parecer possui caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, à decisão a ser adotada pelo gestor municipal.

Todavia, imperioso ressaltar que todo o procedimento deverá observar a legislação de regência da matéria, sobretudo no tocante a prazos e atos essenciais.





Município de Marmeleiro
Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone (46) 3525-8100 - CEP 85.614-068
PROCURADORIA-GERAL

Pois bem.

Imperioso destacar que, quando do pedido exordial, a Requerente limitou-se a formular meras alegações, desacompanhadas de qualquer prova documental. O Comunicado do Fabricante somente foi carreado aos autos em momento posterior ao despacho da autoridade municipal, ou seja, após a análise jurídica desta Procuradoria. Tal circunstância, por si só, reafirma a correção do posicionamento anteriormente adotado, uma vez que a Administração Pública decide com base nas provas efetivamente constantes dos autos à época da decisão.

No âmbito do Direito Administrativo, tal como ocorre em sede judicial, não basta alegar: é indispensável provar. Alegações desacompanhadas de comprovação idônea não produzem efeitos jurídicos aptos a afastar obrigações plenamente assumidas em contrato administrativo.

Não procede a alegação de insuficiência ou obscuridade quanto ao padrão de prova exigido. A comprovação juridicamente apta a caracterizar a impossibilidade de execução por caso fortuito ou força maior deve ser robusta, objetiva e incontroversa, demonstrando inexistência absoluta do produto no mercado nacional, bem como a ocorrência de evento externo, imprevisível, inevitável e alheio ao risco do negócio, tais como: embargo sanitário por autoridade competente, interdição total da planta fabril por sinistro, determinação estatal de suspensão de produção ou circulação, colapso comprovado da cadeia produtiva ou situação equivalente.

Superado o fato da juntada tardia de comprovação, passa-se à sua análise.

Verifica-se que a documentação ora juntada pela empresa consiste em comunicado unilateral do fabricante, informando o encerramento do vínculo comercial mantido com a fornecedora/Requerente.

Carta unilateral do fabricante não se confunde com prova de impossibilidade material absoluta de fornecimento, porquanto não afasta a possibilidade de aquisição por outros canais, não comprova monopólio legal, tampouco demonstra evento externo extraordinário.

Tal documento, embora represente fato superveniente em relação à instrução inicial do processo, não é juridicamente suficiente para caracterizar hipótese de caso fortuito ou força maior, apta a justificar a rescisão amigável da Ata de Registro de Preços, nos termos da legislação de regência. A prova não é apta a descaracterizar o risco empresarial assumido pela licitante.

Assim, destaca-se que a Administração não exige prova impossível, mas apenas a comprovação juridicamente idônea estabelecida pela lei.





Município de Marmeleiro
Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone (46) 3525-8100 - CEP 85.614-068
PROCURADORIA-GERAL

Conforme art. 29, inciso II, do Decreto Federal n.º 11.462/2023, o cancelamento de preços registrados a pedido do fornecedor somente é admissível quando devidamente comprovada a ocorrência de caso fortuito ou força maior, o que exige a presença concomitante de imprevisibilidade, inevitabilidade e impossibilidade objetiva de cumprimento da obrigação.

No caso em exame, verifica-se que:

- a) A relação jurídica estabelecida com a Administração Pública é exclusivamente com a empresa registrada na Ata, inexistindo qualquer vínculo contratual entre o Município e a fabricante;
- b) A escolha do fabricante, dos canais de fornecimento, da logística e da cadeia de suprimentos integra o risco próprio da atividade econômica desenvolvida pela empresa, sendo risco assumido quando da participação no certame licitatório;
- c) O encerramento de vínculo comercial entre distribuidor e fabricante não configura, por si só, evento imprevisível ou inevitável, mas circunstância inerente às dinâmicas do mercado privado;
- d) A carta apresentada não comprova a inexistência absoluta do produto no mercado nacional, tampouco a impossibilidade de aquisição por outros meios, nem demonstra a ocorrência de monopólio, exclusividade legal ou embargo estatal que inviabilize completamente o fornecimento;
- e) Também não se verifica a ocorrência de fato externo extraordinário, como calamidade, colapso produtivo, interdição sanitária, desastre natural ou ato estatal impeditivo, que pudesse caracterizar força maior nos termos do ordenamento jurídico.

Ademais, a Requerente em nenhum momento comprovou a inexistência de outras marcas ou produtos equivalentes no mercado aptos a atender o mesmo objeto registrado, limitando-se a demonstrar apenas a ruptura de vínculo com determinado fabricante específico.

Desse modo, a situação permanece juridicamente enquadrada como risco empresarial, não sendo possível transferir à Administração Pública as consequências de decisões comerciais privadas adotadas entre a empresa fornecedora e o fabricante.





Município de Marmeleiro
Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone (46) 3525-8100 - CEP 85.614-068
PROCURADORIA-GERAL

Tem-se que, nos termos dos arts. 155, inciso III, 156 e 158 da Lei n.º 14.133/2021, a recusa injustificada no fornecimento ou a inexecução da Ata de Registro de Preços caracteriza infração administrativa, sujeitando o fornecedor às sanções legais, assegurado o devido processo legal.

Nesse ponto, ressalte-se que a Administração Pública, diante de situações como a presente, não apenas possui a prerrogativa, mas também o dever legal de apurar a conduta da empresa e aplicar, se for o caso, as sanções cabíveis, sob pena de responsabilização dos próprios agentes públicos por omissão. Esse é o entendimento do Tribunal de Contas.

Consigna-se que se trata do poder-dever decorrente do exercício do Poder Disciplinar, inerente à atuação administrativa, não se tratando de faculdade, mas de imposição legal destinada à proteção do interesse público, que, na espécie, revela-se diretamente ligado à continuidade do serviço público e à regularidade do fornecimento destinado à população.

A Supremacia do Interesse Público sobre o Privado é o princípio basilar, sendo imperativa a atuação firme da Administração para resguardar a moralidade administrativa, a isonomia entre os licitantes e a efetividade dos contratos administrativos. As empresas que firmam contrato com a Administração Pública precisam ter ciência de que a inércia do Poder Público diante do descumprimento contratual também caracteriza falha grave e atrai a responsabilização perante os órgãos de controle.

Jamais diz respeito à medida de cunho pessoal em face das licitantes, mas de atuação estritamente técnica, jurídica e vinculada aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, bem citados pela Requerente, em especial o da legalidade, da impessoalidade, devendo prevalecer, acima de qualquer interesse privado, a proteção do erário e da coletividade.

Nesta feita, entendo que a documentação apresentada não afasta, tampouco invalida, os fundamentos do Parecer Jurídico n.º 344/2025, permanecendo íntegra a conclusão anteriormente exarada quanto à impossibilidade jurídica de rescisão amigável nos moldes pretendidos.

Passo a concluir.

III- DA CONCLUSÃO

Ante ao exposto, considerando as novas informações trazidas aos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração, bem como os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que fogem da alçada desta Procuradoria, em sede de reanálise, **recomendo a manutenção**





Município de Marmeleiro

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.665/0001-01

Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone (46) 3525-8100 - CEP 85.614-068

PROCURADORIA-GERAL

integral do Parecer Jurídico nº 344/2025 e do indeferimento do pedido formulado pela licitante.

É o parecer.

Assinado eletronicamente por:
KARIMA HAWA MUJAHED
27/11/2025 15:46:25

Assinado eletronicamente com certificado virtual não ICP-
Brasil

Karima Hawa Mujahed
Procuradora Jurídica
OAB/PR 110.980

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 27/11/2025 15:46 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pda2c98642ca89>





DESPACHO

Em resposta a solicitação da empresa ASTRA MEDICAL SUPPLY PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, protocolo/processo nº 2143/2025, em que pleiteia a reanálise do pedido de cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 210/2025, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 031/2025, com base no Parecer Jurídico nº 392/2025 – PG em que discorre:

“Ademais, a Requerente em nenhum momento comprovou a inexistência de outras marcas ou produtos equivalentes no mercado aptos a atender o mesmo objeto registrado, limitando-se a demonstrar apenas a ruptura de vínculo com determinado fabricante específico.

Desse modo, a situação permanece juridicamente enquadrada como risco empresarial, não sendo possível transferir à Administração Pública as consequências de decisões comerciais privadas adotadas entre a empresa fornecedora e o fabricante.”

Decido o que segue:

- **INDEFIRO** o pedido da Requerente.

Portanto, a empresa deverá entregar o produto, de acordo com as solicitações dos Departamentos, sob pena de incorrer nas sanções legais.

Intime a empresa da decisão.

Marmeleiro, 05 de dezembro de 2025.

Jander Luiz Loss

Prefeito



Resposta à Solicitação da Empresa ASTRA MEDICAL SUPPLY PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA



De licitacao02@marmeleiro.pr.gov.br <licitacao02@marmeleiro.pr.gov.br>
Para <licitacao@astramedicalbr.com>
Data 05-12-2025 15:19

77 - Despacho.pdf (~131 KB) Parecer Juridico - PAE 2143.2025 - PE 31.2025 - Leites Especiais reanalise.pdf (~210 KB)

[Remover todos os anexos](#)

Boa tarde!

Segue em anexo Despacho do Prefeito e Parecer Jurídico nº 392/2025 - PG, referente a solicitação da empresa ASTRA MEDICAL SUPPLY PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, protocolada sob o nº 2143/2025, em que pleiteia a reanálise do pedido de cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 0210/2025, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 031/2025.

--

Atenciosamente,

Setor de Licitações
Prefeitura de Marmeleiro - PR
Fone: (46) 3525-8107 / 8105
WhatsApp: (46) 99135-0488